

Dificuldades nos projetos 3 e 4 também atrasam conclusão do "jumbo"

por Reginaldo Heller
do Rio

A assinatura do contrato do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões e das demais peças que integram a fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira foi, mais uma vez, adiada para a semana que vai do dia 23 de janeiro até o dia 27, data limite imposta pelo comitê de assessoramento da dívida externa, "advisory committee". A informação de um banqueiro brasileiro com fácil acesso ao comitê presidido por William Rhodes, do Citibank, acrescenta que, até ontem, o saldo de adesões somava apenas US\$ 6,41 bilhões.

Além desta razão para o adiamento — afinal os bancos credores estão exigindo a integralização do valor estipulado inicialmente, pois os grandes bancos líderes da operação não querem acrescentar recursos a sua cota —, dificuldades jurídicas relacionadas aos projetos 3 e 4, de crédito comercial e interbancário, estariam atrasando a operação.

Outra informação que circulou, ontem, nos meios dos representantes de bancos estrangeiros, dá conta de que o governo brasileiro já teria efetuado pagamentos de juros que se vencem até 19 de outubro (o último pagamento estendia-se até 4 de outubro), no valor de US\$ 500 milhões. A liberação de pagamentos de juros tem por objetivo evitar atraso superior a noventa dias, prazo determinado pelo Federal Reserve, o

banco central dos EUA, para lançamento em conta de "non performing loans". Apesar dos balanços dos bancos relativos ao último trimestre de 1983 não registrarem "créditos em liquidação", o que os bancos estão tentando evitar é que seus contadores apontem tais atrasos ou a direção se-

ja obrigada a revelá-los nos relatórios de fim de ano.

Segundo o Banco Central, até o final do ano o total de atrasos atingia mais de US\$ 2,3 bilhões, dos quais US\$ 1,6 bilhão relativo a juros. Soube-se, também, que o projeto 4, de comprometimento dos bancos no financiamento inter-

bancário, será fechado com US\$ 350 milhões a menos do que o previsto, se até a data final não forem completados os US\$ 6 bilhões, dos quais US\$ 5,7 bilhões de bancos privados. As autoridades estarão m contentando-se com a adesão verbal de alguns bancos.